

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 517.274 - SP (2019/0181253-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : TATIANA ELISA MARÃO BERAQUET - SP205232
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SEBASTIAO XAVIER DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de SEBASTIAO XAVIER DO NASCIMENTO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n. 2211795-92.2017.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado e teve sua prisão preventiva decretada pela prática em tese do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas).

Alegando excesso de prazo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, em acórdão que ficou assim ementado:

HABEAS CORPUS. Alegação de excesso de prazo na formação da culpa. Inocorrência. Feito que se encontra em regular andamento. Designação de audiência de instrução e julgamento para o dia 11.6 p.f. Manutenção da situação do increpado. Ordem denegada (fl. 82).

No presente *mandamus*, reitera a defesa as alegações de flagrante excesso de prazo na formação da culpa, buscando a concessão da ordem "*a fim de que seja cassada a decisão que lhe decretou a prisão preventiva, concedendo-se a liberdade provisória*" (fl. 8).

Indeferida a liminar (fls. 92/93), as informações foram devidamente prestadas (fls. 99/122 e 125/148) e o Ministério Público Federal se manifestou pela concessão da ordem (fls. 150/156).

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Passo à análise das alegações expostas na inicial tão somente para verificar se existe flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Conforme relatado, busca-se, no presente *writ*, a expedição do alvará de soltura em razão de alegado excesso de prazo no julgamento do processo.

Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça – STJ que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.

Por oportuno, transcrevo o seguinte excerto do julgado realizado pela Corte estadual:

Em sede de audiência de custódia, realizada no dia 6.4.2018, o increpado teria sido beneficiado com a concessão de liberdade provisória, mediante cumprimento de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

A exordial acusatória foi oferecida pelo 'Parquet' em 25.4.2019, sendo no dia 2.5.2018 determinada a notificação do paciente para oferecer defesa prévia por escrito.

Sobreveio notícia dos autos, certificada pela Serventia do Juízo, de que o paciente jamais teria cumprido as cautelares alternativas impostas, tendo S. Exa., o MM. Juiz, determinado a notificação por edital e decretada sua prisão em 28.8.2019.

O mandado de prisão preventiva foi cumprido no dia 28.10.2018.

Apresentada defesa prévia, a denúncia ministerial foi recebida, no dia 6.2.2019, e, na mesma oportunidade, designada audiência para 29.4.2019.

Diante da necessidade de realocação da pauta, o ato judicial teria sido transferido para o dia 4.9.2019 e, na sequência, antecipado para 11.6.2019.

Verifica-se, portanto, que não há, até o presente momento, qualquer indicativo de desídia de S. Exa., o MM. Juiz, na condução do feito que autorizasse o reconhecimento de pretenso excesso de prazo.

[...]

Sem prejuízo, cf. já destacado, o feito está caminhando para seus ulteriores termos, uma vez que já audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11.6 p.f (fls. 84/88).

Superior Tribunal de Justiça

A meu ver, o processo tem seguido regular tramitação, haja vista que o paciente foi preso preventivamente em 28/10/2018, apresentou defesa prévia e a denúncia foi recebida em 6/2/2019 e, ainda, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que em 11/6/2019 foi realizada a audiência de instrução, debates e julgamento, sendo expedida carta precatória para inquirição de testemunha em 31/7/2019 e a continuação da audiência designada para 7/10/2019.

Dessa forma, vê-se que o processo segue seu curso regular, não havendo que se falar em desídia do Magistrado condutor, que tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo.

A propósito, vejam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO. TRÊS RÉUS COM PROCURADORES DIVERSOS. PRECATÓRIAS. AUDIÊNCIAS REALIZADAS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

V - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes.

VI - In casu, malgrado o atraso na instrução criminal, ele se justifica, seja em razão das peculiaridades da causa, que investiga crime de tráfico de drogas, com três réus, com advogados distintos; seja pela complexidade do feito, evidenciada pela necessidade da expedição de cartas precatórias bem como pela necessidade de realização de diversas audiências, nas quais já foram ouvidas várias testemunhas, estando marcada audiência de conclusão da instrução para data próxima, sem qualquer elemento que evidenciasse a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Habeas corpus não conhecido (HC 507.702/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. OCULTAÇÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

CADÁVER. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. INSTRUÇÃO ENCERRADA E ALEGAÇÕES FINAIS APRESENTADAS. TRANSCURSO CONFORME O PRIMADO DA RAZOABILIDADE. RHC NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos por estar em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

2. É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

3. Não há clara mora estatal em feito criminal com prisão efetivada em 9/9/2016, denúncia em 21/10/2016, expedição de precatórias, com audiências já realizadas, instrução encerrada, ofertadas as alegações finais, faltando apenas a manifestação do corréu quanto à duplicidade de peças juntadas para a conclusão do feito a julgamento.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no RHC 109.337/AL, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 28/06/2019).

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. DROGAS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. RAZOABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não têm admitido o habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, seja o recurso ou a revisão criminal, salvo em situações excepcionais, quando manifesta a ilegalidade ou sendo teratológica a decisão apontada como coatora.

2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

3. No caso dos autos, a prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta do delito imputado ao paciente, com destaque para a variedade, quantidade e a nocividade dos entorpecentes apreendidos (22,1g de crack, um tijolo de maconha,

Superior Tribunal de Justiça

pesando 410g e 2 invólucros plásticos contendo cocaína, totalizando 240g .)

4. Esta corte há muito sedimentou o entendimento de que a alegação de excesso de prazo na formação da culpa deve ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, sendo que eventual extrapolação dos prazos processuais não decorre da simples soma aritmética. Para ser considerado injustificado o excesso na custódia cautelar, deve a demora ser de responsabilidade da acusação ou do Poder Judiciário, situação em que o constrangimento ilegal pode ensejar o relaxamento da segregação antecipada.

5. Não há como reconhecer o direito de relaxamento da prisão, pois não se verifica qualquer desídia do magistrado na condução do processo em questão, que tem tido regular tramitação, inclusive tendo audiência próxima designada, conforme consulta junto ao sítio eletrônico do TJSP.

6. Eventual demora para a conclusão do feito estaria justificada em razão das peculiaridades do caso concreto, tendo em vista a complexidade do processo, diante da pluralidade de réus e de diversas testemunhas, além da necessidade de expedição de carta precatória.

7. Constrangimento ilegal não caracterizado.

8. Habeas corpus não conhecido (HC 391.902/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 11/05/2017).

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. ATRASO QUE NÃO É EXACERBADO, TAMPOUCO INJUSTIFICADO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. AUDIÊNCIA DESIGNADA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO, COM RECOMENDAÇÃO DE URGÊNCIA.

1. Hipótese em que a Recorrente foi presa em flagrante, na data de 26 de setembro de 2013, juntamente a um corréu, em razão do suposto cometimento dos delitos de tráfico e associação para o tráfico de drogas, previstos, respectivamente, no art. 33, caput, e art. 35, caput, da Lei n.º 11.343/2006, por ter em depósito 4,5 g de cocaína e 21,5 g de maconha. Aos 27 dias do mês de setembro de 2013, o Juízo processante converteu o flagrante em prisão preventiva.

2. Eventual demora na instrução encontra-se devidamente justificada, em razão da necessidade de expedição de cartas precatórias, o que afasta a existência de constrangimento ilegal na espécie. Além disso, o processo tramita regularmente, tendo sido designada audiência de instrução e julgamento a ser realizada na data de 02 de setembro de 2014.

3. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual eles têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio

Superior Tribunal de Justiça

da razoabilidade. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo processante, o que não se verifica na hipótese.

4. Recurso ordinário desprovido, com recomendação de urgência na conclusão da ação penal (RHC 48.762/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 28/08/2014).

Desse modo, não se constata flagrante ilegalidade por alegado excesso de prazo.

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator